

Brasil pode ter desconto

Dívida Externa

Brasília, domingo, 6 de agosto de 1989 13

de US\$ 51,2 bi

ROBERTO PENTEADO

Os bancos credores estariam dispostos a adotar um ambicioso plano de redução da dívida externa que daria um benefício máximo de 103,2 bilhões de dólares em cinco anos para os dois países mais endividados, sendo 52 bilhões de dólares para o México e 51,2 bilhões de dólares para o Brasil.

Até agora, este assunto — redução da dívida externa — era considerado um tabu na área bancária internacional mas se tornou possível, segundo um estudo de Alfred Herrhausen, diretor do Deutsche Bank, que o **CORREIO BRAZILIENSE** publica aqui, porque houve uma mudança radical na percepção deste problema entre estas instituições.

Esta questão foi encarada, a partir de 1982, como uma crise de liquidez que parecia ser temporária, resultando basicamente da redução do ritmo de crescimento da economia mundial, acoplada a uma queda nos preços das matérias-primas exportadas pelos países endividados. Diante disso, a estratégia adotada pelos bancos foi fazer novos empréstimos, para que os países devedores pudessem fazer frente aos seus compromissos. Por isso, desde 1982, os 15 países mais endividados viram suas dívidas crescerem mais 20 bilhões de dólares, atingindo hoje a 290 bilhões de dólares.

No entanto, sete anos depois, a crise ainda continua longe de ser resolvida. Isto provocou uma mudança na percepção do problema, agora corretamente diagnosticado como uma crise de solvência, que exige soluções estruturais, reduzindo juros e principal, aplicando-se ainda o cardápio já imaginado, que consta de conversão da dívida em investimento, bônus de saída, compra da dívida pelos devedores com deságio, conversão da dívida em projetos ecológicos.

Os bancos poderiam reduzir, em cinco anos, segundo a proposta de Herrhausen, um máximo de 50 por cento dos juros e do principal da dívida dos 15 países mais endividados: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, México, Marrocos, Nigéria, Peru, Filipinas, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia. Tais reduções dariam um alívio de 186 bilhões de dólares.

O Plano Herrhausen prevê que durante um período de cinco anos, a taxa original de juros seria reduzida em estágios para 70,60 e 50 por cento do seu nível atual. Durante este tempo, seriam criados pelos governos e autoridades monetárias dos países

que permitiriam aos bancos fazer provisões dedutíveis para cobrir este valor a ser reduzido.

Depois de cinco anos, os juros voltariam ao seu valor original mas, ao mesmo tempo, haveria uma redução, imediata ou em estágios, do principal das dívidas, com base nas provisões feitas pelos bancos, de 10 até 50 por cento do montante. Os prazos de pagamentos destes empréstimos seriam fixados, normalmente, em 25 a 30 anos, com um período de carência de 5 a 7 anos.

CONDIÇÕES

Para viabilizar esta proposta seria necessário que os governos dos países credores criassem condições para que todos os bancos pudessem participar em condições de igualdade. Hoje existem leis diferentes no mercado financeiro dos Estados Unidos, Japão e Europa, que tornam diversas as situações destas instituições. No Japão e nos Estados Unidos, por exemplo, a possibilidade de os bancos deduzirem provisões feitas para cobrir perdas futuras é bem menor do que na Europa.

Por esta razão, afirma o diretor do Deutsche Bank, todas as tentativas de resolver o problema da dívida em suas diversas fases têm-se baseado, por parte dos bancos, no menor denominador comum, o que limita bastante a sua flexibilidade. Ao ser criada, pelos governos, a igualdade de tratamento, os bancos poderiam ser mais criativos, encontrando então um denominador comum "que tornaria possível uma solução".

Se for arguido que ao participar nos prejuízos dos bancos os Estados estariam colocando parte destas perdas sobre os ombros da sociedade, argumenta o diretor do Deutsche Bank, então, também se deveria admitir, por justiça, que a sociedade, como um todo, também se beneficia continuamente dos lucros dos bancos, porque o estado é sempre um dos principais recebedores de uma parte dos lucros por via do imposto de renda. Um sistema balanceado de impostos prevê que bons e maus resultados, lucros e perdas, sejam divididos.

Quanto aos países devedores, o Plano Herrhausen prevê que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial continuariam com a sua função de qualificar os países elegíveis para o programa de redução. Também seria necessária a adoção de programas econômicos adequados e a sua implementação com determinação.